

Tarrafal – memória comum de luta pela liberdade, justiça e democracia

Aurora da Fonseca Ferreira*

Com este artigo, a partir da comunicação apresentada ao XI Encontro Nacional de História Oral, no Rio de Janeiro, procuramos realçar a importância de um local de memória comum de uma geração decidida a combater a opressão, a humilhação e a injustiça vividas durante o período de fascismo e de colonização de Portugal em África. Foi essa uma das gerações que consentiu sacrifícios por um ideal de liberdade, de uma dimensão que perdurará na memória das gerações posteriores. A dimensão da sua contribuição estende-se até aos nossos dias, tendo em conta os caminhos percorridos na senda da luta pela independência política (de uns – nas colónias) e pela democracia e pela justiça (de todos – na então metrópole e nas colónias), só possíveis quando em liberdade.

Estas reflexões tiveram uma anterior abordagem por ocasião do Simpósio Internacional sobre o Campo de Concentração do Tarrafal que decorreu em Cabo Verde, na vila do Tarrafal, por ocasião do 35º aniversário do seu fechamento, no dia 1º de maio de 1974.¹ Nessa data, haviam sido libertados os últimos presos políticos das então colónias portuguesas que lutavam pela independência dos seus países.

A nossa preocupação, recaindo primordialmente sobre essas colónias, era de saber quais eram os objetivos da independência: apenas a liberdade pela

* Docente do Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda e colaboradora na Faculdade de Ciências Sociais – Universidade Agostinho Neto, Angola.

1 O simpósio decorreu de 29 de abril a 1º de maio de 2009.

liberdade, advinda da autonomia adquirida e, portanto, não mais depender das decisões e dos poderes do colonizador, ou se haveria um projeto de sociedade futura para o pós-independência e, nesse caso, qual seria. Daí o nosso interesse ter recaído então no subtema do Simpósio denominado “Os ideais e princípios”.² Nossa intenção era perscrutar o modelo ou as perspectivas de governação possíveis de percepção ou antevisão das sociedades a edificar nos tempos posteriores. Sendo então o contexto intelectual da época das independências africanas bastante caracterizado pela influência das ideologias ditas de direita – liberais ou de democracia liberal, de sistema de economia capitalista – e de esquerda, de influência marxista, de sistema de economia dita socialista ou de caráter mais social, era de todo interesse saber o que visio-navam os participantes desse processo de mudança para a liberdade. Haveria, então, alguma possibilidade de perceber preocupações de justiça social e alguma abertura para admitir o pluralismo de ideias, possíveis em democracia, sistema tão afforado nos últimos dez anos? Essas questões e preocupações foram sendo articuladas no desenrolar da nossa pesquisa, recorrendo às possibilidades da história oral, para além das fontes escritas. Posteriormente, fomos estendendo a nossa reflexão para questões de relação entre os diferentes grupos que estiveram nas mesmas condições e no mesmo campo, na sequência de conhecimentos dos estudos que íamos desenvolvendo.

As condições e fases dessa pesquisa constituem assim os desenvolvimentos fundamentais a abordar no presente artigo. Começaremos, no entanto, por nos referir ao local de memória, situando e contextualizando o surgimento do Campo do Tarrafal, com alguma referência às suas instalações que permitem compreender o sacrifício dos seus “residentes”. Em seguida, falaremos da “aventura” da nossa experiência, do início do referido projeto com uma breve formação em história oral, para depois apresentarmos alguns passos mais dos nossos conhecimentos sobre os angolanos no Tarrafal e, finalmente, nos referirmos às perspectivas e principalmente à nossa aprendizagem resultante do “fazer história oral”, e das perspectivas de continuidade de pesquisa em história oral.

2 Outros dois subtemas tratados no simpósio foram: 1) “A geração da utopia’ e dever de memória”; e 2) “Cidadania e direitos humanos nas novas sociedades democráticas em África”.

Contextualização da sua existência: localização, descrição (instalações) e funcionamento

O conhecido Campo de Concentração do Tarrafal foi precisamente uma criação de um tempo de “fascismo” em Portugal, país europeu com colónias em África, sobejamente conhecidas, compreendendo Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, S. Tomé e Cabo Verde.³ Foi, aliás, no contexto da época dos nacionalismos fascistas (Itália) e nazistas (Alemanha) que o poder colonial-fascista também optou por uma política visando combater os interesses ou a luta das classes trabalhadoras e os partidos de esquerda em Portugal. É, pois, nesse contexto que o governo de António de Oliveira Salazar, primeiro ministro após a queda da república e com o estabelecimento do Estado Novo, desencadeia a perseguição aos seus opositores antifascistas e aos trabalhadores que se organizavam em movimentos de contestação. Foram esses grupos de oposição ao seu regime, de tipo autoritário e em si concentrado, que foram os primeiros prisioneiros lançados nas suas instalações.

“Criado à imagem dos campos de concentração nazis”, em 23 de abril de 1936 (Decreto-Lei nº 26.539), foi instituído com a designação de Colónia Penal de Cabo Verde, no Tarrafal (Fundação Amílcar Cabral, 2009). O campo reuniu, numa primeira fase, isto é, até ao seu encerramento em 1954, um total de 340 prisioneiros antifascistas portugueses. Após os 18 anos do seu funcionamento, e depois de poucos anos fechado o campo foi reaberto para novos “hóspedes” em 1962. Segundo Maria do Carmo Medina (2003, p. 98), advogada de defesa de vários presos, o Decreto-Lei nº 43 600 de 3 de Maio de 1961⁴ fazia prever que fosse constituído em Santo Antão (Cabo Verde)

“um estabelecimento destinado às medidas de tutela” do art. 3º do Decreto-Lei nº 39 997, o qual “seria património comum das Províncias Ultramarinas que suportarão o encargo” mas acrescentava-se que em cada Província podiam ser instituídos estabelecimentos provisórios para os fins

3 A designação de fascismo é contestada por alguns historiadores que consideram ser mais adequada a designação de corporativismo, regendo-se por “princípios fundamentais do Estado social-corporativo”, anunciados por A. Oliveira Salazar, enquanto presidente do Conselho de Ministros (Lemos, 2001, p. 279, 902).

4 Segundo Dalila C. Mateus (2004, p. 125), o Decreto nº 43 600 é de 14 de abril de 1961.

do Capítulo II do mesmo Decreto-Lei, cabendo ao Ministro do Ultramar regular por portaria o estabelecimento.

Assim, o governo colonial português abria de forma legal a possibilidade de “reinstalação dos campos de concentração”. Foi, pois, o que sucedeu com a instituição de um Campo de Trabalho em Chão Bom, pela Portaria nº 18.539 de 17 de junho de 1961,⁵ mas de modo velado, pois, como bem observa Maria do Carmo Medina (2003), não se referia ao local do campo de trabalho senão com o nome de Chão Bom, que era o mesmo Campo do Tarrafal, na ilha de Santiago, em Cabo Verde. Era, pois, a reabertura do Campo de Concentração do Tarrafal e não o estabelecimento que se previa para S. Antão, conforme Decreto-Lei de 3 de maio referido anteriormente (Medina, 2003, p. 99). Mas dessa vez o Campo do Tarrafal destinava-se aos “nacionalistas” africanos de Angola, Cabo Verde e Guiné que se levantavam decididamente contra a colonização portuguesa.

Esses prisioneiros começaram a ser enviados após o desencadear da luta armada em 1961, tendo sido os primeiros ocupantes dessa segunda fase 32 angolanos, que chegaram na realidade em 1962 – “dos quais três viriam a falecer, devido às más condições alimentares e sanitárias” (Mateus, 2004, p. 126). Ao longo de toda a segunda fase, estiveram no referido campo 236 presos políticos, sendo 106 de Angola, 106 da Guiné e 24 de Cabo Verde (até ao seu encerramento em 1º de maio de 1974, 6 dias depois do golpe militar do 25 de abril, em Portugal). Sobre esta, no jornal *Expresso* (onde vem referida a existência de um único livro com testemunhos sobre a prisão do Tarrafal, com o título *Testemunho de um combatente*, da autoria de Pedro Martins), diz-se que, em maio de 1968, estavam ainda 19 presos políticos de Angola, 52 da Guiné e 50 detidos de delito comum de Cabo Verde. Os da Guiné foram libertados em 1969, depois de uma “insubordinação colectiva de guineenses, liderada por Aristides Barbosa” (Expresso, 2009). Porém, relativamente aos prisioneiros que foram sendo libertados, às datas e colónias respetivas, até à libertação de todos por pressão popular em Cabo Verde, há provavelmente alguns acertos a fazer, a crer nos dados fornecidos em trabalhos até aqui publicados. Dalila Cabrita Mateus (2004, p. 125), que compulsou os arquivos da Polícia Internacional de Defesa e Segurança do Estado (PIDE),

5 Também sobre esta Portaria nº 18539, Dalila C. Mateus (2004, p. 125) indica a data de 17 de julho de 1961, diferentemente de Medina (2003).

na Torre do Tombo, ao referir-se à visita da Cruz Vermelha diz que em 1971 ainda aí estariam 67 presos (“sendo 26 condenados pelo Tribunal Militar e 41 em cumprimento de medidas administrativas de fixação de residência”) e que em 1974 estariam 66 (“sendo 52 guineenses e catorze angolanos”).

Foram, assim, militantes antifascistas portugueses e nacionalistas africanos que passaram pelo mesmo local e sofreram idênticas agruras da política repressiva em defesa dos ideais de liberdade. Local criado com objetivos precisos de isolamento, as suas instalações são de visitar para percepção do desterro e da sua dimensão, agravada pela solidão do próprio local.

Como se lê no informativo da Fundação Amílcar Cabral, “o Campo de Concentração do Tarrafal é, por isso, um marco inesquecível na vida dos nossos países e um monumento à memória histórica dos seus povos que continuam unidos pelo simbolismo dos seus muros, numa mesma dádiva de humanismo, solidariedade e justiça” (Fundação Amílcar Cabral, 2009, p. 2). A poesia de António Jacinto, um dos seus antigos prisioneiros, entre outros, é expressão do simbolismo dessa comum aspiração.

“Nem a chuva dissolve estas pegadas”

Nem a chuva dissolve estas pegadas
nem o tempo as tem sepultadas
remonta ao xisto a força da verdade
renasce o sol do teu seio – LIBERDADE! (Jacinto, 2000, p. 81).

Esse era o desejo de todos os que tinham estado nessa prisão quando os “direitos humanos”, enquanto direitos básicos de todo ser humano, haviam sido proclamados pela ONU (10 de dezembro de 1948). Eles eram, porém, escamoteados pelo regime vigente em Portugal. Essa cadeia era uma amostra da dimensão das condições e amarras em que o sistema político português procurava manter todos os que viviam na esfera do seu domínio ou dependência. Todos os cidadãos desse espaço viam cortados os seus direitos de expressão política adversa às ideias do governo, inadmissível num Estado de liberdades democráticas, incompatível com a existência de prisões e de prisioneiros (de “direito”) políticos. Tal situação, por si só, demonstrava injustiça em relação às opções políticas de cada cidadão ou homem livre, que nas colónias se faziam sentir de várias maneiras. Para além de algumas medidas administrativas gerais relativas ao território sujeito ao governo fascista, nas colónias, a repressão e a injustiça eram mais presentes e constantes. As injustiças faziam-se sentir

consoante a raça (negro, mestiço, branco), o local de nascimento (metrópole *versus* colónia), o estatuto social (indígena *versus* assimilado), económico (proprietário *versus* “vadio”) e cultural (indígena *versus* civilizado), ou ainda consoante à prática ou opção religiosa (animista, católico, protestante).

Tal perfil de repressão de liberdades essenciais acabava por atingir todos aqueles que viviam nos espaços territoriais, suposta e politicamente unos, em um mesmo Estado, e permite perceber que a liberdade era o objetivo primordial de combate de uma geração vivendo sob tal repressão. Os rebeldes dessa geração, oprimidos, pretendiam readquirir direitos de liberdade política todos e, outros, de “justiça” mínima, para que pudessem perspetivar uma vida “em democracia”. Essa situação era vivida em muitas partes do mundo, principalmente na Europa e na América. Porém, apenas alguns Estados tinham criado oficialmente “campos de concentração” onde juntavam todos os indesejados que não defendessem os mesmos ideais políticos e valores cívicos, morais, sociais e culturais.

As condições de tratamento prisional desses locais estariam possivelmente na origem da conhecida designação de “campos de concentração”, como faz Henrique Galvão (1974) entre outros. A localização e as condições de tratamento e de vida regulamentar dos prisioneiros que o Chão Bom ou Campo de Trabalho do Tarrafal teriam, muito provavelmente, contribuído para que o local ficasse conhecido e chamado como “Campo de Concentração do Tarrafal”.

O campo, diz Dalila C. Mateus (2004, p. 126),

localizava-se na localidade de Chão Bom, povoação muito pobre do concelho do Tarrafal. E a vila do Tarrafal situava-se no Extremo Norte da Ilha de Santiago, sendo cabeça do concelho do mesmo nome. Com cerca de dois mil habitantes, tinha um quadro muito reduzido de funcionários públicos. Existiam alguns pequenos comerciantes, mas não havia pensões nem restaurantes.

Parece, pois, evidente que a sua construção em local isolado, longe da curiosidade de uns e em desterro, não seria para normal sobrevivência. Aliás, ficava por detrás ou muito perto do cemitério. A mesma historiadora diz que o Campo “estava cercado por um fosso de pequena profundidade e por arame farpado” (Mateus, 2004, p. 126), como pudemos, aliás, constatar pessoalmente e como alguns prisioneiros também deixaram registados em seus poemas (Van-Dúnem, 2000, p. 26). Não nos deteremos na descrição

pormenorizada do campo e na distribuição dos prisioneiros nesse espaço (por colónias sob o mesmo poder colonial, condições de alojamento, de ocupação ou atividades e do pessoal de direção, guarda e administração do campo), aspetos referidos ainda por Dalila C. Mateus (2004, p. 125-131). Para consulta de algumas imagens sugerimos a publicação que saiu por ocasião do 35º aniversário do campo, *Memória do Campo de Concentração do Tarrafal* (Fundação Mário Soares; Fundação Amílcar Cabral, 2009). Pensamos ser importante salientar que, nesse contexto, o combate pela liberdade continuaria a ser comum para alcance de políticas e atitudes justas, no combate por todos os outros direitos, só possíveis e reconhecidos em democracia.

Perguntamo-nos, então, se estariam esses objetivos em perspetiva, nessa altura, num contexto de luta antifascista, para uns, e anticolonialista, para outros, e com preocupações voltadas para o futuro. Um projeto de pesquisa voltado para a luta anticolonial em Angola era, para nós, mais viável e realista.

Objetivos e razões de um projeto de e em história oral

A escolha da temática da nossa comunicação no Tarrafal, por ocasião da participação no mencionado simpósio de 2009, incidindo precisamente sobre “ideais e princípios”, teve assim uma motivação relacionada com um projeto de construção de um acervo para investigação, estudo e conhecimento da história de Angola, na perspetiva de recuperação e conservação da história e “memória” nacional de Angola, em curso no Arquivo Histórico Nacional de Angola (AHNA). Foi nesse âmbito que iniciamos a nossa aventura – foi realmente uma aventura, como se poderá perceber – em história oral, e que pensamos ser importante apresentar aqui um breve historial da motivação pelo seu interesse, formação e género predominante de nossa prática nesse domínio, por um lado; por outro lado, vamos apresentar as razões da nossa relação de pesquisa com sobreviventes do Tarrafal que explicam a escolha temática referida acima.⁶

Os objetivos do projeto visavam o estudo do nacionalismo angolano e da luta de libertação. Desde o pós-independência, foi preocupação do AHNA (que então se chamava Centro Nacional de Documentação e Investigação

6 Quando falamos em género nos referimos à história oral temática, que pareceu mais adequada ao estudo da história e da memória nacional de Angola.

Histórica – CNDIH) o estudo da história de Angola, principalmente a história contemporânea, a partir de meados do século XIX, que permitisse compreender o percurso para a formação do Estado-Nação angolano. Ao longo desse processo que conduziu à independência, muitos foram os seus participantes, embora com diferentes motivações, destacando-se em locais ou regiões diferentes. Foi, pois, preocupação do AHNA a recolha de informação oral dos seus atores, apesar de aguardar a abertura pública das fontes escritas dos arquivos portugueses. De qualquer modo, sabe-se também que, embora as fontes escritas coloniais contenham informações, estas raramente são provenientes das declarações, ações e decisões livremente expressas pelos seus protagonistas. As fontes escritas, como se sabe, são produto de quem as produz, com os seus interesses, daí a necessidade de proceder à recolha possível de informações junto a todas as partes que haviam participado. Porém, num quadro temático tão amplo, punha-se-nos a questão de estabelecer critérios e limites para início do projeto. Foi priorizado o designado “Processo dos 50”, pelo qual ficou conhecido o conjunto dos processos políticos que envolveu a prisão de “nacionalistas” angolanos nas cadeias de Luanda, em 1959, e o julgamento posterior, em 1960. Três razões levaram-nos a essa escolha. A primeira razão se deve ao reconhecimento do impacto que a divulgação dessas prisões teve após o mundo passar a conhecer a realidade da situação colonial de Angola, negada por Portugal que afirmava não ter colónias mas “províncias”; a segunda razão, na sequência da anterior, por terem sido esses prisioneiros a declararem abertamente, sem qualquer renúncia ou vacilação em tribunal, que queriam a independência de Angola, duplo golpe às declarações do governo português, uma vez que era uma declaração pública de uma situação de não recuo diante do que quer que fosse necessário enfrentar; a terceira razão, finalmente, estava relacionada com o interesse da recolha de informações orais diretamente dos seus atores, em razão de se encontrarem ainda sobreviventes entre os seus integrantes, pelo que poderíamos designá-los “atores vivos”. Alguns deles tinham 18 anos ou um pouco menos quando haviam sido presos, apesar de alguns terem morrido na cadeia ou pouco depois de lá saírem. A história oral temática parecia, assim, a mais apropriada para uma história política, sem excluirmos as “histórias de vida”, a que nos referiremos mais adiante, quer para constituirmos um arquivo oral para preservarmos a “memória histórica”, quer porque, mesmo uma vez abertos os arquivos ao público, para consulta, como é o caso da PIDE, das fontes escritas mais procuradas hoje, pode-se conhecer a opinião dessa Polícia e dos

representantes policiais desse Estado, mas é bastante relativo o que se pode saber por parte dos próprios atores implicados no referido “processo”.

Foram decisivos, pois, o facto desses arquivos se encontrarem ainda fechados ao público e o interesse manifesto por uma grande parte da população no reconhecimento político do papel que o julgamento dessa geração teve no impulso posterior da luta anticolonial. A história oral foi a solução encontrada para o seu estudo pelo “forte apelo público, de divulgação e reconhecimento” que esse fazer história nos permite, entre outras possibilidades, como diz J. Meihy (2002, p. 21).

Porém, a falta de conhecimentos sobre arquivo oral, visto até então a documentação histórica da instituição ter sido fundamentalmente escrita, levou-nos a proceder a uma preparação prévia, ainda que curta. Foi aí que solicitamos a colaboração do conhecido professor José Carlos Sebe Bom Meihy, autor de um *Manual de história oral* (2002) e de outras obras, para além de professor universitário de longa experiência, para uma formação, prontamente aceite e pela qual novamente reiteramos aqui os nossos agradecimentos.

A formação incidiu principalmente sobre história oral (não sobre arquivo oral) com a realização de um curso em 2002 (entre 27 de maio e 7 de junho), que constituiu apenas o seu início. O curso, com a designação “Introdução à história oral” teve a duração de 15 dias. Antecipando o curso ou seminário, que assim se pode considerar, foram realizadas algumas palestras proferidas por quadros nacionais (20 a 23 de maio), que abordaram temáticas voltadas para diferentes questões relativas a fontes orais. Os temas abordados sobre estas fontes deram-nos a conhecer as possibilidades da sua utilização na investigação histórica e em outros domínios das ciências sociais. O curso, versando sobre um domínio “novo” da história, o da história oral, enquanto disciplina, método e técnica, contribuiu para introduzir novas áreas de interesse e de investigação. Além disso, com o curso de história oral tornaram-se mais exigentes as necessidades de definir as funções da secção de arquivo oral, as etapas do desenvolvimento das diferentes atividades a curto, médio e longo prazo, bem como as prioridades tendo em conta os recursos humanos existentes (melhor, inexistentes). Procuramos, então, posteriormente, e enquanto docente da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, introduzir a história oral como disciplina capaz de interessar estudantes para essa formação mais aprofundada, a fim de também estendermos a atividade de recolha, sobre a temática política que enunciamos, tanto mais urgente quanto os seus participantes mais diretos iam desaparecendo. Com

este objetivo, uma vez mais, o professor Meihy respondeu à solicitação e foi ele, juntamente na altura com a colaboração de uma colega – Suzana Ribeiro – que ministrou essa disciplina, cujo interesse e satisfação foram manifestos da parte dos estudantes. As possibilidades alargadas da história oral, que permitem “fornecer outras linhas de estudo”, dando voz aos silenciados, contribuindo para um conhecimento mais alargado aos diferentes atores sociais, foram fatores de sensibilização para que os estudantes procurassem a abordagem de temas mais diversificados.

A constituição do arquivo começou precisamente pela recolha de informações junto de “atores” vivos da nossa história, com esse projeto ligado ao “Processo dos 50”, não exclusivamente, mas também outros, já porque ações e atores se interligavam aos elementos políticos desse grupo. Para a concretização desse projeto previam-se três fases. A primeira compreendia a recolha de informações junto dos 14 integrantes, residentes em Luanda, e procedendo-se a entrevistas abertas, devido a idade de alguns (60 a quase 80 anos) e para melhor se apreender outras situações e conhecimentos com eles relacionados e relativos a outros contextos sociais da época em que viviam. Essa fase foi concretizada, embora com alguma lentidão: 14 ex-presos foram entrevistados, perfazendo o total de cerca de 1500 minutos registados, correspondendo a 25 horas de gravações, em 25 cassetes de 60 minutos. A segunda fase, a seguir, de transcrição em texto bruto e revisto para publicação, está em vias de se efetivar apesar de várias dificuldades com falta de pessoal, pelo que a terceira fase, a de publicação, vai provavelmente ainda necessitar de uma última revisão. Observamos aqui que não se fez textualização, na medida em que privilegiamos a constituição de um arquivo oral devido à idade de muitos dos participantes no processo de luta pela independência.

Duas fases estão ainda previstas no projeto sobre o “Processo dos 50”. Na primeira, pretende-se realizar entrevistas aos familiares próximos para conhecer as condições em que viveram enquanto durou a situação política de seus progenitores ou chefes de família, os quais continuavam sob controlo da polícia política colonial, mesmo depois de libertos. Com isso, pretende-se conhecer quais os reflexos dessa situação nas suas próprias vidas, num quadro amplo das suas relações – trabalho, escola, amigos. Dificilmente se pode conceber que alguém possa viver sem quaisquer tipos de relações com outros no âmbito dessas diferentes atividades. Numa segunda fase, pretendia-se, por um lado, realizar entrevistas àqueles que se encontram no exterior do país e, por outro lado, proceder à recolha de fontes escritas nos arquivos portugueses,

uma vez que pelo menos os da PIDE estão abertos ao público. As atividades destas fases estão em curso.

A nossa participação deveu-se também ao facto de termos estado a trabalhar nesse projeto, na medida em que ele tinha a ver com as possibilidades da pesquisa sobre que ideais e princípios tinham norteado e/ou motivado a participação dos nacionalistas na luta de libertação. Além disso, o projeto enquadrava-se na pesquisa mais ampla sobre o nacionalismo e a luta de libertação, pelo que, como dissemos, a preocupação era, também, a de perceber para lá da liberdade por todos almejada, que sociedade perspetivavam no pós-independência. Isso nos permitiria ter indicativos para percebermos o futuro político dos nossos países, onde pudéssemos perceber os dias de hoje, em que justiça e “democracia” pudessem ter sido pensados como fundamentais para a estabilidade social geral das diferentes sociedades.

O âmbito desse objetivo estava, no entanto, mais circunscrito a Angola, quer pela recolha feita, quer porque, como diziam os proponentes do Simpósio Internacional sobre o Campo de Concentração do Tarrafal, a situação dos portugueses no Tarrafal ser melhor conhecida, uma vez que a mesma tem sido objeto de estudos. Existem mais estudos e memórias relacionados com a primeira etapa de uso do campo, referindo-se aos prisioneiros que aí estiveram nessa altura, a seus ideais, formas de atuação, e ainda a outras formas de luta contra o fascismo. O mesmo não se pode dizer sobre os do segundo período da sua utilização, quando o campo foi reaberto (1961 ou 1962) para nele serem instalados os nacionalistas que lutaram contra o sistema colonial e pela independência dos seus países. Sobre os patriotas africanos poucos estudos foram feitos, como procuramos mostrar então, referindo-nos principalmente aos patriotas angolanos, que melhor conhecemos. E, destes, pode-se dizer também não se conhecerem memórias e existem raras referências relativamente ao Tarrafal.

Estudos conhecidos e informações sobre o segundo período do Tarrafal ou do Campo de Trabalho de Chão Bom

Esses estudos são muito escassos. A constatação da inexistência ou reduzida produção de estudos sobre esse segundo período de uso do Campo de Concentração do Tarrafal parece-nos ser um facto, pelo menos no que se relaciona com os patriotas angolanos que aí estiveram prisioneiros. Breves

alusões relativas ao Tarrafal foram recolhidas junto do grupo de prisioneiros do designado “Processo dos 50”, que constam da publicação em preparação da responsabilidade do Arquivo Histórico Nacional,⁷ como já referido, mas pouco mais se acrescentaria para conhecer quer o que foi a vida no Tarrafal, quer sobre o que se poderia entender dos “ideais e princípios” que, mais especificamente, nos interessavam.

De entre alguns trabalhos que se referem ao “Processo dos 50”, existem o da jurista Maria do Carmo Medina (2003), defensora de alguns dos prisioneiros nesse processo, mostrando, principalmente, os procedimentos jurídicos, seu percurso – pré-dirigidos e preparados – e as sentenças proferidas. Através da autora conhecemos também um pouco da história da designação ou dos nomes pelos quais a cadeia foi sendo conhecida, bem como dos períodos de uso e reabertura para o efeito, sendo indicado o segundo período da sua reabertura em dezembro de 1961 (data a cotejar⁸). Segundo a autora, “para ele foram enviados em fevereiro de 1962 os primeiros presos políticos angolanos” (Medina, 2003, p. 121). Essa informação parece indicar terem sido esses os primeiros presos a serem enviados ou a “inaugurarem” a reabertura do campo, informação oral também expressa, pelo menos, por um dos integrantes do “Processo dos 50”. Posteriormente a esses prisioneiros, outro grupo foi referido, embora pouco divulgado. Este “ficou conhecido”, segundo a mesma jurista, pelo “Processo dos Estudantes” (Medina, 2003, p. 115), o qual foi movido em 1969 contra 70 presos políticos, que foram deportados para Cabo Verde em maio de 1970. Os percursos de alguns deles nas prisões em que estiveram depois do Tarrafal, para onde tinham sido deportados sem julgamento, e os procedimentos das famílias para a sua libertação, através de *habeas corpus*, podem ser consultados na obra publicada pelos advogados que desencadearam essa providência legal. (Abranches-Ferrão et al., 1974).

Para além desse grupo que constituiu, segundo parece, o primeiro a ser enviado para o Tarrafal (na sequência daquele do “Processo dos 50”), no segundo período da sua abertura, nada mais se publicou sobre outros grupos apesar de, no entanto, a lista dos prisioneiros de Angola, enviada pela

7 No qual estivemos integrados, enquanto na situação de “colaborador” na instituição, bem como outros colegas também presentes nesse simpósio.

8 O documento-base da Fundação Amílcar Cabral, que anuncia e organiza o simpósio em questão, refere junho de 1961 para a reabertura do campo, devido ao início das lutas de libertação de Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde (Fundação Amílcar Cabral, 2009, p. 2).

organização do simpósio sugerir a existência de muitos outros presos fora desses grupos. Sobre o Tarrafal, também o trabalho da historiadora Dalila C. Mateus (2004), *A PIDE/DGS na guerra colonial (1961-1974)*, nos informa especificamente sobre o local, suas instalações, distribuição dos presos e condições de vida na prisão.

Relativamente a informações dos próprios prisioneiros, como testemunhos, artigos ou outros registos sobre o Tarrafal, algumas referências em relação às situações que aí viviam são sugeridas por António Jacinto (2000), em sua obra de poesia *Sobreviver em Tarrafal de Santiago*. Estados de alma, em que se pode perceber a saudade que a distância geralmente gera, podem ser reconhecidos nessa obra cujo título mostra como não era fácil a sobrevivência humana no Campo de Concentração do Tarrafal. Ainda breve referência podemos encontrar em Beto Van-Dúnem (2000, p. 26, 27), em alguns de seus poemas.

Especificamente, ainda, sobre o Tarrafal, um “artigo-memória”, se assim podemos chamar, “Para que não os apaguem da História”, da autoria do ex-prisioneiro Justino Pinto de Andrade, foi lido,⁹ em Luanda, por ocasião do Colóquio Internacional Tarrafal – Uma Prisão, Dois Continentes, realizado em Lisboa a 29 de outubro de 2008, no Auditório da Assembleia Nacional, organizado pelo Movimento Cívico Não Apaguem a Memória! Outras informações sobre o Tarrafal, muito pontuais, foram dadas por André Franco de Sousa (1998, p. 181), um dos raros autores que deixou registadas por escrito algumas referências sobre o campo de concentração, de entre fatos que com ele se passaram ou assistiu, durante a sua estadia e vivência no Tarrafal. Outras informações foram fornecidas pelos nacionalistas do conhecido “Processo dos 50”, em entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa sobre o referido processo.

Embora seja já significativa, em termos de informação para a preservação da memória coletiva, a recolha feita pelo AHNA, o mesmo não se poderá dizer sobre outras questões como os ideais que os motivavam e os princípios que os moviam, assim como as expectativas quanto ao futuro que se almejava no pós-independência. Nesse domínio muito há ainda a fazer, o que nos leva a procurar alargar a recolha de dados para complementá-los e confrontá-los.

9 O autor leu o texto em questão na Rádio Igreja – Emissora Católica de Angola.

Novas preocupações e prosseguimentos da investigação na sequência das constatações

As pesquisas em relação aos reclusos angolanos do Tarrafal continuam a fazer parte do nosso projeto, o qual deverá proceder à recolha de testemunhos de todos os participantes e sobreviventes – prisioneiros que passaram por aquela prisão. Prevê-se, assim, na sequência da primeira fase de recolha, seguir o alargamento para novas pesquisas mais abrangentes, isto é, para “ampliação de conhecimento sobre o passado”,¹⁰ procurando, por um lado, realizar a recolha de histórias de vida, junto de familiares, projeto não concretizado até aqui.

Por outro lado, pretende-se alargar as nossas entrevistas a outros prisioneiros de cuja presença no Tarrafal apenas tivemos percepção na sequência da preparação e participação do simpósio no Tarrafal. Quais as razões disso? O facto de ter trabalhado sobre a recolha de testemunhos junto de prisioneiros do chamado “Processo dos 50”, que integrava precisamente os primeiros prisioneiros enviados para o Campo do Tarrafal na segunda fase da sua reabertura, constituiu o principal motivo de anuência à proposta de participação ao simpósio. Teríamos assim oportunidade de conhecer pessoalmente o campo. Porém, foi nas vésperas da participação no evento que pudemos constatar que outros prisioneiros aí estiveram, mas sobre os quais não tínhamos conhecimento. Trata-se, provavelmente, dos reclusos que, segundo Medina (2003, p. 126-127), “em finais do ano de 1969 o governo colonial, em ação conjunta com a PIDE, começou a enviar para o Tarrafal presos políticos que não tinham sido submetidos a julgamento”. Teriam estes sido igualmente feitos prisioneiros por razões políticas, desconhecendo-se, no entanto, a altura em que foram presos, onde e em que condições, quais as suas origens e profissões, entre outras questões. É claro que se impõe uma pesquisa para entender ou responder a muitas das questões aqui apresentadas, o que pretende, aliás, este artigo precisamente evidenciar como um trabalho para o futuro.

Porém, sem mais dados, e sabendo apenas, nessa ocasião, que aí estiveram igualmente prisioneiros da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), podemos admitir que os presos em questão eram

10 Como realça Verena Alberti (2005, p. 29), para chamar a atenção para a ideia ingénua ou simplificada que muitas vezes se tem da história oral como simples registo em fita de “depoimentos e/ou testemunhos do passado”.

provavelmente dessa organização política.¹¹ Daí que outras questões se nos ponham: qual a relação interna nas cadeias, do Tarrafal, nesse caso, como também em outros campos designados como campos de concentração, referidos também como campos de trabalho nos documentos oficiais, onde também estiveram juntos patriotas de diferentes tendências políticas e por vezes de outras colônias, como de Cabo Verde, por exemplo?¹² Relativamente aos angolanos no Tarrafal, sabendo-se hoje tratarem-se de militantes da UNITA (e referido apenas um militante da FNLA), perguntamo-nos: será que os presos estavam separados, mesmo sendo de uma mesma colônia? Não haveria qualquer possibilidade de contacto? E existindo esse contacto em que bases ou como se efetuava? Essas questões têm que ver com a necessidade de entender como gente de um mesmo país, mas de grupos políticos diferentes, se relacionava num mesmo espaço de existência. Seriam as chefias administrativas e policiais que favoreciam e continuavam aí o seu jogo no interesse de dividir para reinar?

Nessas condições, o desenvolvimento do mesmo projeto – evolução e constatações (outros prisioneiros e quais os seus ideais) – continua em aberto para pesquisa, como ainda com novas questões e possibilidades de desenvolvimento. Estas têm a ver com preocupações do que dirá respeito mais à história de vida, apesar de sempre ligada a uma temática política que tem uma relação com a memória e com as “experiências históricas” desses sobreviventes de um tempo de aspiração e, por isso, de luta pela libertação da colonização portuguesa. Mas apenas isso ou havendo já implícitos “sonhos e desejos” (Montenegro, 2010, p. 9), projetos de um mundo “outro” que pretendemos conhecer.¹³

Essas entrevistas são, por ora, previstas para continuar a pesquisa em história oral, junto de patriotas de diferentes níveis sociais, de diferentes regiões e ainda de diferentes grupos políticos para um alargamento da percepção de relação e discurso de seguimento ou não das direções políticas, de que tipo

11 Referências a prisioneiros da UNITA em outros Campos de Concentração como o de Jesse Chipenda, em S. Nicolau, em Angola, podem ser encontradas no trabalho de Didier Péclard (2005, p. 244).

12 Referimo-nos, aqui, ao Campo de Concentração de S. Nicolau, no Namibe (Angola) ou, ainda, ao Campo de Concentração do Missombo, no Cuando Cubango, ambos em Angola. Para mais informações, consultar Maria do Carmo Medina (2003) e Dalila C. Mateus (2004).

13 É aí que o trabalho de Antônio Torres Montenegro (2010) pode ser uma referência teórico-metodológica pelo uso que o autor faz “dos relatos memorialísticos de forma inovadora”, como diz Maria de Lourdes Monaco Janotti na apresentação da obra. Para Janotti, Montenegro “consegue tirar deles o essencial, aquilo que projeta os significados dos atos e das palavras, demonstrando que o saber popular adquire eficiência e conteúdo políticos desconhecidos pelos historiadores da macro-história”.

ou por que razões e qual a consciência de tal dimensão. O facto de não terem sido julgados vários prisioneiros a que se reporta Maria do Carmo Medina, e cujo levantamento foi possível conhecer por alguns nomes referidos no texto de Justino Pinto de Andrade, um dos ex-prisioneiros que esteve no Tarrafal, vem pôr a questão de saber realmente quem foram os prisioneiros que aí estiveram, quais as razões da sua prisão e em que condições foram presos, uma vez que em 1969 também existia já uma atividade militar, desenvolvida pelas três diferentes organizações (Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA, Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA e União Nacional para a Independência Total de Angola – UNITA), e cujos membros poderiam ter sido apanhados nesse contexto. Não deixando de terem sido presos por articiparem de um mesmo processo de luta pelos objetivos de libertação anticolonial e pela independência do país, estes não se enquadravam no “Processo dos 50”, motivo inicial do nosso interesse na participação no Simpósio Internacional sobre o Campo de Concentração do Tarrafal.

O desconhecimento de nossa parte, até essa altura, da prisão de alguns nomes referenciados, leva-nos também a procurar saber se não teria havido desaparecidos, de que outros tivessem tido conhecimento e que pudessem testemunhar. As pesquisas devem também continuar a ser feitas nos diferentes arquivos, porém, parece-nos que a história oral e particularmente as histórias de vida podem permitir conhecer situações de que as pessoas nem se apercebem, mas que pelas entrevistas podem ser percebidas. Testemunhos e histórias de vida constituem, em nossa opinião, os métodos mais adequados para procurarmos saber “quem foram” os prisioneiros do Tarrafal e conhecer as razões e motivos da sua prisão, convicções e engajamento na luta. Pensamos que através dos procedimentos de recolha de informação oral poderemos saber o que motivou o engajamento dos nacionalistas na luta pela libertação: um futuro de igualdade, fraternidade, de democracia plena e de bem-estar, o que não fizera o sistema colonial? Ou a implantação das culturais “tradicionais” que determinariam os “princípios” e valores fundamentais pelos quais lutar?

Tal estudo pode questionar as condições existentes para a extensão e/ou desenvolvimento de um Estado-Nação em Angola no quadro das suas fronteiras coloniais e como vistas pelas elites políticas. Quem pensava o futuro de Angola no pós-independência? Como esse futuro era pensado? Para quem e como realizar os projetos em vista? Seriam essas algumas das razões da guerra civil? E no pós-guerra, qual a “solução” do vencedor ou com que modelo se pensava governar? Continuar o modelo herdado? E existiria na realidade tal

possibilidade e como? E não seria essa uma característica de determinadas elites em um contexto em que se pensava, pelo menos em África, na implantação do Estado-Nação? Ou seria essa ideia apenas o sonho de uma elite letrada africana que pretendia substituir a elite e as instituições coloniais? Que relação poderia ter essa elite com as populações rurais e os grupos étnicos existentes no período colonial? Que futuro pretendiam os vários grupos com a decisão de luta, no presente histórico que se vivia de repressão e com um longo passado “tradicional” e colonial? Seria possível uma sociedade democrática e com que modelo de democracia?

Em jeito de conclusão, reiteramos a necessidade, de qualquer modo, de reflexão, estudo e o debate sobre essas questões que continuam a fazer parte da nosso programa de pesquisas junto daqueles que se exprimiram claramente no processo de libertação da opressão colonial. Sendo, pois, a independência – a sua data, a memória de um facto de primordial importância na nossa história, uma etapa no processo de luta que custou a vida a milhares de pessoas que se sacrificaram para recuperação da dignidade e da liberdade, consideramos a independência tanto do domínio da “história” como, para muitos, da “memória”, que se entrelaçam por vezes.

A independência é de um valor incomensurável quando conseguimos entender que somos senhores do nosso próprio destino, que temos voz para nos pronunciarmos por nós próprios ainda que com percepções erradas, tal como guerrear-mos e destruímo-nos até à morte, diminuindo as nossas capacidades de desenvolvimento, de sobrevivência e continuação das nossas descendências e de direitos aos nossos espaços enquanto estivermos vinculados à ideia de Nação, da sua construção ou da sua consolidação, segundo o ponto de vista e posições de cada um. Entendida nessa perspectiva, a independência constitui o acontecimento da maior importância para todos os angolanos, pertencendo este ao domínio da memória coletiva ou identidade, como diz J. Le Goff (1984).

Segundo o historiador, “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das actividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (Le Goff, 1984, p. 46). Por outro lado, diz também o mesmo autor, e na sequência anterior,

mas a memória colectiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objectivo de poder. São as sociedades cuja memória social

é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e a tradição, esta manifestação da memória. (Le Goff, 1984, p. 46).

Embora se possa questionar sobre a manipulação em torno de certos acontecimentos marcantes desse processo de luta pela independência, a realidade da unidade em face da luta anticolonial e de retorno à liberdade e ao direito à sua própria terra em Angola foram elementos que fizeram ou constituíram uma ideia comum a todos, independentemente das origens geográficas, étnicas, religiosas ou políticas.

Entendemos, pois, que a independência talvez só tenha real valor para os que sentiram na própria pele essa situação, que perceberam as dificuldades dos pais em tentarem proporcionar aos seus filhos outras condições de vida, evitando assim a repetição das dificuldades e injustiças que eles já tinham sentido e vivido e mostrando o quanto “iria custar a liberdade”, como diria o poeta Manuel Rui Monteiro.

Referências

- ABRANCHES-FERRÃO, F. et al. *Angolanos no Tarrafal*. Porto: Afrontamento, 1974.
- ALBERTI, V. *Manual de história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, Rio de Janeiro, 2005.
- EXPRESSO. Lisboa, 25 abr. 2009. Primeiro Caderno.
- FUNDAÇÃO AMÍLCAR CABRAL. *Informativo do Simpósio Internacional sobre o Campo de Concentração do Tarrafal*. Praia, 2009.
- FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES; FUNDAÇÃO AMÍLCAR CABRAL. *Memória do Campo de Concentração do Tarrafal*. Praia, 2009.
- GALVÃO, H. *O assalto ao “Santa Maria”*. Lisboa: Delfos, 1974.
- JACINTO, A. *Sobreviver em Tarrafal de Santiago*. Porto: Campo das Letras, 2000. (Coleção Chá de Caxinde nº 2).
- LE GOFF, J. Memória. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. v. 1, p. 11-50.

- LEMOS, M. M. e. *Dicionário de História Universal*. Lisboa: Inquérito, 2001.
- MATEUS, D. C. *APIDE/DGS na Guerra Colonial (1961-1974)*. Lisboa: Terramar, 2004.
- MEDINA, M. do C. *Angola: processos políticos de luta pela independência*. Luanda: Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2003.
- MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2002.
- MONTENEGRO, A. T. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.
- PÉCLARD, D. *État colonial, missions chrétiennes et nationalisme en Angola, 1920-1975: aux racines sociales de l'UNITA*. Tese (Doutorado em Ciência Política)–Institut d'Études Politiques de Paris, Cycle Supérieur de Sociologie Politique et Politiques Publiques. Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 2005.
- SOUSA, A. F. de. *Angola: o apertado caminho da dignidade*. Carcavelos, 1998.
- VAN-DÚNEM, B. *22 poemas para o 29 de Março*. Luanda: Chá de Caxinde, 2000.

Resumo: O artigo enquadra-se num projeto maior sobre a luta de libertação das colónias portuguesas em África, cuja preocupação é conhecer as motivações dos seus mais diretos participantes, especialmente daqueles que foram feitos prisioneiros ou morreram no Campo de Chão Bom, no Tarrafal, em Cabo Verde, campo que abrigou presos de quase todas as antigas colónias. Parece facto adquirido que os sacrifícios consentidos pelos prisioneiros desse campo e de outros se deveram a convicções e ações relacionadas aos ideais de independência dos seus países. Porém, pretende-se saber se, nessa altura, os seus objetivos eram apenas os de liberdade política imediata ou se visavam outros direitos e valores a observar ou implantar nas respetivas sociedades futuras, na perspetiva de liberdades mais amplas para todos. O campo do Tarrafal se tornou lugar de memória comum da luta contra o regime. O artigo apresenta, entre outras coisas, a contribuição da história oral (entrevistas com sobreviventes do campo) para o desenvolvimento do mencionado projeto.

Palavras-chave: Tarrafal, campos de concentração, história política, história oral.

Tarrafal – a common memory of struggle for liberty, justice and democracy

Abstract: This article is based on a major project concerning the struggle for liberation of the former Portuguese colonies in Africa, aiming to understand the main actors' motivation, especially of those who either were made prisoners or died in the Chão Bom Camp, in Tarrafal, in Cap Verde, where prisoners from almost all the colonies were sheltered. It seems obvious that the sacrifice that the prisoners from this camp and others were subjected to led them to act towards the independence of their countries. Nevertheless, we need to uncover whether the main goals of their ideals in the epoch were a mere immediate political freedom or they really sought other rights and values to implant in the future societies they expected for their

countries. Tarrafal Camp became a common memorial place for the struggle against anti-colonial regime. The main data source for this study is, among others, the oral contribution (interviews) from survivors from the Camp.

Keywords: Tarrafal, concentration camps, political history, oral history.

Recebido em 01/10/2012

Aprovado em 12/11/2012